

COMUNICAÇÃO ORAL: Identidade e Educação na História do Brasil

Mary Lucy Murray Del Priore ¹

Senhoras e senhores boa tarde. Agradeço ao Ministro Reis Velloso a possibilidade de me juntar aos que desejam pensar e acreditar no Brasil.

O assunto de minha fala tem a ver com a formação do que chamamos identidade brasileira e com o esquecimento de uma grande parcela de nosso cidadãos, notadamente os negros e pobres, no projeto de educação elitista que se estabeleceu entre nós, no século XIX. Minha idéia é mostrar como a ausência de uma política educacional voltada para o maior número de brasileiros, ao contrário do que se fazia entre as nações européias, impactou na baixa cidadania e na falta de adesão à idéia de “Brasil como nação de todos” (slogan adotado nas últimas eleições).

Começaria lembrando que, em meados do século XIX, a capital do Império viu surgir uma nova moda cultural: a de procurar vestígios de antigas civilizações que teriam existido no interior do Brasil, antes da chegada de Cabral. Tais incursões, promovidas pelo prestigiado Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro não eram organizadas por lunáticos, mas sim por renomados intelectuais da época que contavam, inclusive, com o apoio do governo imperial. A primeira delas, realizada em 1839, teve dimensões modestas, destinando-se a buscar vestígios arqueológicos nas imediações da Corte, no Rio de Janeiro, onde se acreditava existir – na Pedra da Gávea, sintomaticamente denominada da Esfinge – escritas rupestres de autoria de antigos fenícios.

Embora essas suspeitas não tenham se confirmado, a esperança de novas descobertas não desapareceu. Tanto foi assim que, em 1840, iniciaram-se os preparativos de uma arrojada incursão ao sertão baiano com o objetivo de confirmar informações, a respeito das ruínas de uma cidade antiga nas remotas matas do Cincorá. Como seria de esperar, essa expedição, apesar de ter durado vários anos, não obteve qualquer sucesso.

Porém, nem tudo era fracasso. Alguns empreendimentos científicos resultaram em descobertas surpreendentes. Isso ocorreu, por exemplo, em Lagoa Santa, Minas Gerais, onde o cientista dinamarquês Peter Lund identificou, na década de 1840, fósseis humanos pré-históricos, confirmando as expectativas sobre um antiqüíssimo povoamento do território brasileiro.

1 Especialista em História do Brasil, Mary Del Priore concluiu o doutorado em História Social na Universidade de São Paulo e pós-doutorado na Ecole des Hautes Etudes en Sciences Sociales, na França. Lecionou História em várias universidades brasileiras, tais como a Universidade de São Paulo, a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, e a Universidade Salgado de Oliveira. É colaboradora de periódicos nacionais e internacionais, científicos ou não. Escreveu, organizou ou colaborou em várias publicações, ganhando, com isso, títulos como o Prêmio Casa Grande & Senzala, outorgado pela Fundação Joaquim Nabuco e o Prêmio Jabuti em 1998.

Paralelamente a essa arqueologia fantástica, desenvolveu-se na capital do Império uma linguística igualmente fantástica, na qual, o historiador Francisco Adolfo de Varnhagen, procurou demonstrar, por meio da comparação de vocábulos indígenas com os de antigas civilizações, a origem nada mais, nada menos, do que euroasiática dos povos tupis-guaranis. Com base nesse conjunto de indícios, especulou-se a respeito da origem dos índios do Brasil, quase sempre afirmando que eram “povos decaídos”. Ou seja, descendentes de altas civilizações mediterrâneas, como a dos egípcios ou fenícios, que teriam regredido ao estado de selvageria depois de uma longa imigração. O imperador d. Pedro II não se furtou ao debate, escrevendo, na década de 1850, aos diretores do IHGB para que procurassem responder o mais rapidamente possível: quais vestígios poderiam provar a existência de uma civilização anterior aos portugueses?

E, mais ainda, num rompante de etnólogo amador, o imperador sugeriu uma nova questão: teriam existido ou não as Amazonas no Brasil? Esses insólitos empreendimentos científicos podem parecer piada, hoje. Na época, porém, o tema era levado muito a sério. Para compreendermos a razão disso, devemos ter em mente que as buscas arqueológicas oitocentistas eram uma espécie de ponta de iceberg de outra questão fundamental da época: a da identidade nacional brasileira. E essa será a questão de que trataremos a seguir.

Logo após a Independência, em 1822, surgiram movimentos que questionavam o projeto político imperial e reivindicavam o federalismo. Tais movimentos pleiteavam até mesmo a independência de suas respectivas regiões: foi o caso de Pernambuco em 1817, a Confederação do Equador em 23 e 24, a Farroupilha no Rio Grande do Sul, em 1835 - que durou 9 anos e prometeu a abolição dos escravos -, afora dezenas de revoltas liberais e mesmo uma de tendência socialista, a Praieira, em Pernambuco em 1848 e 50.

Em 1831, a abdicação de d. Pedro I ao trono significou uma vitória das forças descentralizadoras, havendo o que se convencionou chamar de “experiência republicana”, tendo em vista a eleição direta de regentes do então menino-imperador D. Pedro II, como foi o caso de Diogo Feijó, - uma espécie de presidente da época. No entanto, mesmo a abdicação do imperador, não diminuiu o ímpeto separatista.

Ao contrário, o período que se estendeu até 1848, foi caracterizado pelo avanço dos grupos que lutavam para se ver livres do Império. A elite imperial não só ordenou o massacre dos rebeldes das províncias, como também - e é isso que nos interessa - procurou criar instituições que viabilizassem o projeto monárquico. Os intelectuais vinculados a esse projeto investiram, por sua vez, no combate aos movimentos separatistas, com uma bandeira: a da nacionalidade. Os brasileiros tinham a sua, com características próprias. Ou seja, eram um único povo. Em outras palavras, para ser viável, o Império deveria não só se impor pela força, como também fazê-lo por meio de boas instituições e da construção de uma identidade coletiva que justificasse a razão de ser da “nação” que estava se formando.

Para felicidade desses intelectuais, a última questão também era enfrentada por boa parte dos países europeus, em processo de unificação. Isso facultou aos nossos

sábios um conjunto bastante rico de idéias a respeito da construção da identidade nacional ou, como se dizia na época, do “princípio de nacionalidade”. Para ficar em alguns exemplos, vale lembrar que a chamada “primavera dos povos” foi claramente uma afirmação de nacionalidades rivais, com alemães, italianos, húngaros poloneses e romenos, afirmando seu direito de serem estados independentes, contra governos opressores. O que foi a Guerra Civil Americana senão a tentativa de manter a unidade frente ao esquarteramento do país? Ou a restauração Meiji, na outra ponta do globo, exprimindo o aparecimento de uma nova e orgulhosa “nação no Japão”. O nation-making, como o denominou o ensaísta e dos primeiros editores do *The Economist*, Walter Bagehot (1826-1877) estava em curso.

Entre nós, a instituição que centralizou tais debates foi o já referido Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, fundado em 1838. Ele reuniu historiadores, romancistas, poetas, administradores públicos e políticos em torno da investigação a respeito do caráter nacional. Nas discussões que se seguiram, a versão do que seria o elemento central da história nacional, foi ironicamente definida não por um nacional, um nativo, um brasileiro, mas por um estrangeiro. Segundo o esquema proposto por Karl Martius, naturalista e botânico alemão, chegado ao Brasil na comitiva da futura imperatriz Maria Leopoldina, a história do Brasil resultaria da fusão de três raças: a branca, a negra e a índia. Com certeza, nos dias de hoje tal definição não seria levada a sério, pois sabemos que a história não é um subproduto das raças. Além disso, do ponto de vista cultural, os três grupos mencionados não formaram unidades homogêneas, nem muito menos mantiveram relações igualitárias no Novo Mundo, que permitisse a noção de fusão.

Tese inédita, original? Não. Na época, a tese de Martius estava apenas em dia com os mais avançados debates científicos europeus que, por intermédio da análise das diferentes misturas entre anglo-saxões, francos, normandos, celtas e romanos, tentavam explicar as diferentes nacionalidades no Velho Mundo. Talvez a extraordinária repercussão da interpretação adotada pelo IHGB, resultasse do pretensível rigor, que encantou não só historiadores, mas também romancistas e poetas. Sim, pois, a “teoria das três raças” se fundindo e formando a nacionalidade apresentava dois atrativos suplementares. Em primeiro lugar, mostrava que os brasileiros eram, sim, diferentes dos portugueses, sendo legítimas, portanto, as aspirações de Independência, em 1822. Em segundo lugar, tal interpretação procurava esvaziar a legitimidade dos movimentos separatistas, unificando, em uma única categoria nacional, o conjunto de habitantes dispersos pelas várias regiões do Império. Ela definitivamente contribuía para que se pensasse a formação de uma identidade brasileira diferente daquela do antigo colonizador português.

Mas o sentimento de ser “diferente” em relação aos antigos colonizadores era abordado pelos intelectuais de maneira contraditória. Não podemos esquecer que, tal qual o imperador, boa parte da elite monárquica descendia de lusitanos. Como se isso não bastasse, romper totalmente com o passado significava romper com os laços europeus. Laços que, segundo o ponto de vista de muitos, coloriam o passado brasileiro com as necessárias tintas de civilização.

No texto elaborado por Martius, o tema do contato das três raças é explorado de maneira exemplar. Nele, a contribuição portuguesa para a formação da nacionalidade brasileira é associada às grandes instituições políticas, econômicas e religiosas; em outras palavras, às formas de “vida civilizada”. Já a contribuição dos negros é apresentada de maneira tímida, havendo discretas alusões aos conhecimentos dos africanos em relação à natureza e, ao mesmo tempo, sublinhando seu universo de crenças anímicas e superstições.

Segundo a interpretação de Martius, o que faria do Brasil uma sociedade positivamente diferente da portuguesa não seria propriamente a presença africana, - essa que graças à escravidão se via em toda a parte - mas, sim, a indígena. E em relação a este grupo, a essa cultura, a astuta posição de Martius foi a de mencionar não uma contribuição concreta. Mas, uma possibilidade. Eles seriam “ruínas de povos”, ou seja, descenderiam de uma antiga civilização. Ora, essa sutil nuance em relação aos outros dois povos brancos e negros, tinha importantes implicações. Martius, simplesmente transferiu para o futuro, a definição do que seria a contribuição indígena; dependendo dos rumos tomados pelos estudos arqueológicos e linguísticos, dependendo de achados fantásticos e miríficos já mencionados, essa contribuição poderia ser considerada tão importante - e por que não, mais? - quanto à dos portugueses.

Para os intelectuais vinculados a esse debate, a descoberta de vestígios de uma ou de várias complexas sociedades em nosso território, era uma questão de tempo. Tal crença, por sua vez, resolvia, por assim dizer, um dilema que a muitos assustava: se os portugueses eram a única fonte de comportamento civilizado da nossa índole nacional, quais seriam, ao longo do tempo, os resultados do rompimento com a Metrópole? Haveria um retrocesso? Assumir uma identidade “não branca” abalaria a auto-estima dos súditos da nova nação? Afinal, quais seriam as razões para os brasileiros se orgulharem de ser brasileiros?!

Ora, é justamente nesse ponto que a apropriação de uma tradição indígena, baseada na existência de uma fantasiosa e ancestral “alta cultura”, desempenhou um papel central na suposta química da nacionalidade. Aos índios podia ser atribuído o que faltava ao negro, permitindo-lhes rivalizar com os brancos. Na ótica do pequeno grupo de intelectuais, os primeiros habitantes do Brasil passaram a ser vistos como portadores de valores que até os portugueses da época Moderna haviam perdido. O mundo indígena teria conservado a nobreza, a generosidade e a bravura do mundo antigo, valores que não existiam mais nas sociedades contemporâneas. A tradição indígena - ou “a invenção dessa tradição” - fornecia, por assim dizer, os ingredientes que faltavam para fazer do brasileiro um ser diferente do português. Mas, nem por isso inferior.

Não foi por acaso que os trabalhos do renomado artista francês, Jean-Baptiste Debret, professor de pintura histórica da Missão Francesa, publicados em Paris entre 1834 e 1839, criaram um tremendo mal estar. Afinal, eles eram verdadeiros instantâneos de um cotidiano que o Brasil “civilizado” queria esquecer: o dos brancos com suas perucas empoadas carregados nos ombros por negros, as sinhás mal vestidas e sentadas no chão á moda oriental, o terror dos mercados de escravos, a sujeira e

pobreza material das cidades. As litografias de Debret revelavam aquilo que o Brasil não queria ver.

Aferrado às demonstrações da importância da contribuição indígena, como dado civilizador, o IHGB reagiu negativamente. Debret não soube perceber “as transformações ocorridas nas artes, nos costumes e nas ciências” - afirmavam. Junto com a Academia Imperial de Belas Artes os membros do Instituto preferiam salvaguardar uma visão mítica e romântica do que seria uma Arcádia tropical. A fantasia não era, porém, suficiente para dissimular a barbárie da escravidão que sobreviveria, com as bênçãos do Imperador, mais meio século, até a abolição, em 1888.

Apesar de ignorados pelo discurso, os mestiços afro-descendentes já eram muito visíveis, embaçando, na vida diária e real, o quadro edênico e imaginário que se queria sobre as civilizações indígenas. E, na segunda metade do século Dezenove, essa mestiçagem se expressava por meio da presença cada vez mais forte de mulatos em vários extratos da sociedade: daguerreótipos e, depois, fotografias os apresentam como bacharéis, médicos, engenheiros, militares, e até, traficantes de escravos, cafeicultores entre outras atividades lucrativas. Apesar do preconceito, os antigos álbuns do Império, os revelam vestidos de sobrecasaca, anel grande e vistoso no dedo, as mulheres com saias de refolhos e ar de grande senhora. Os “barões de chocolate”, como entre outros o ministro Cotegipe, se multiplicavam na Corte. O sangue negro ou índio corria nas melhores famílias e a influência africana começava com a mulata ensinando as crianças brancas a falar com a tal “graça crioula” dos diminutivos, observada por Gilberto Freyre.

A ideologia do branqueamento era tão forte, que os mulatos em franca ascensão social a adotavam. A presença de intelectuais negros nas letras, em prosa, verso, jornalismo e oratória era grande. Francisco de Sales Torres Homem é um exemplo típico. Filho de uma quitandeira no largo do Rosário, mulata por alcunha “Você Me Mata”, foi um dos mais perfeitos estilistas românticos, além de jornalista, deputado, diretor do banco do Brasil e ministro do Império. A presença do mulato nas cidades, sua presença nos domínios e ofícios os mais variados, sua transição do mocambo ao sobrado de azulejo, teve influência no que Roger Bastide chamou de “representações coletivas da época”. O brilho das artes e a celebridade literária foi um dos instrumentos prediletos e realmente possíveis, usados por negros para superar a linha de cor. Por isso mesmo, no Brasil, “mulatismo” e bacharelismo, - segundo Luis Costa Pinto - foram expressões quase sinônimas.

Em meados do século XIX, 26,4% dos poetas eram saídos de classes médias, com presença importante de mestiços. Carlos Lessa num livro memorável sobre o Rio de Janeiro sublinha que, na segunda metade do século XIX, o casamento interétnico era regra: “o mulato carioca é predominantemente descendente de portugueses e afro-brasileiros”, diz ele. Mulatismo do qual herdávamos o samba, o maxixe, o gingado no futebol, tudo, enfim, que nasceu entre a Belle-Époque e a República.

E mulatos conhecidos se casavam com brancas, como foi o caso de Machado de Assis ou Evaristo de Moraes. Indiferentes à realidade da mestiçagem e da mobilidade

entre afro-descendentes e brancos, mas, obcecados pelo branqueamento, fiéis leitores de Gobineau, reunidos em Sociedades para a Imigração e a Lavoura, cujo foco era trazer imigrantes brancos para o Brasil, nossa elite continuava a apostar as fichas na herança indígena. Para ela mais palatável do que a visível presença africana.

Boa parte da literatura brasileira do século XIX, como as clássicas obras produzidas por José de Alencar como *Iracema*, *Ubirajara* e *O Guarani* mirava os índios. Gonçalves Dias, com seu *I-Juca-Pirama* - esse filho de mãe cafuza -, estendia raízes nesse intrincado debate, apostando no peso da tradição indígena. A cada “ossinho” encontrado em cavernas, a cada desenho rupestre identificado, a cada novo rumor de cidades perdidas nas selvas, cresciam as expectativas a respeito das descobertas de “altas civilizações indígenas” que teriam existido no território brasileiro.

O sonho de fazer do Brasil algo que ele não era, - um herdeiro de culturas fantásticas, - fazia com que se colocasse de lado a miscigenação que de fato estava em andamento. E perdia-se a chance de pensar uma “nacionalidade”, onde a noção de identidade coletiva incluísse o negro. Do outro lado do Atlântico, os defensores do “estado-nação” o entendiam não apenas como nacional, mas também como “progressista”. Nacionalismo e progresso eram sinônimos. Não bastava ter um mesmo território e língua, mas era preciso estar afinado em termos de tecnologia, economia, organização do Estado e força militar. Nesses estados sabia-se que não bastava a mitificação e a propaganda sentimental e folclórica, por meio de baladas e épicos, valorizando heróis fundadores, na literatura e na música. Mas eram precisos instrumentos políticos dedicados a construir a “idéia nacional”. Isso foi feito por meio de jornais, sociedades, instituições educacionais e culturais, literatura de divulgação, engajados no projeto de criar valores de nacionalidade.

Mais. Tais estados-nação percebiam que não bastava que as classes dominantes ou elites de cultura elevada tivessem uma percepção do que ia em curso - como foi feito no Brasil. Ao contrário. Era preciso expandir os sistemas educacionais para que eles inoculassem a agenda nacionalista e progressista em outros grupos da sociedade. Para ficar em alguns exemplos, vale lembrar que por volta de 1850, a Alemanha já tinha 17 mil universitários, seguida da Itália e da França com cerca de 9 ou 10 mil e a Áustria com 8 mil. Das 18 universidades fundadas entre 1849 e 1875, nove foram fora da Europa - cinco nos Estados Unidos, duas na Austrália, uma em Argel e outra em Tóquio. As universidades cresceram sob pressão nacionalista e o “high school” público americano também começou seu exemplo de educação democrática, a partir de 1850.

Por razões óbvias, era preciso envolver as camadas mais tradicionais, atrasadas ou pobres de cada povo - trabalhadores, empregados e camponeses - na agenda da educação. Eles deveriam seguir o caminho da “bem educada elite”. Era a fase do nacionalismo de massa, como a denominou Eric Hobsbawn. Daí o grande avanço ocorrido nas escolas primárias cujo objetivo era, não só transmitir rudimentos da língua ou aritmética, mas, mais do que isso, transmitir os valores da sociedade entre os quais a moral e o patriotismo. O progresso foi espantoso. Entre 1840 e 1880 a população da Europa cresceu em 33% mas o número de seus filhos na escola cresceu

em 145%. Vantagem para os governos? Várias: a escola eliminava os dialetos, impunha ‘a língua’ dominante, consolidava uma cultura e uma “nacionalidade”. Estado e povo passavam a ser expressão um do outro.

Aqui, fizemos o caminho a passo de jabuti! Em 1854, por meio do Regulamento da Instrução Primária e Secundária no Município da Corte, o acesso às escolas criadas pelo Ministério do Império era franqueado à população livre e vacinada, mas, não portadora de moléstias contagiosas – o que quer que isso quisesse dizer! Os escravos eram expressamente proibidos de se matricular nas escolas públicas. Se o Regulamento estabelecia a obrigatoriedade do ensino primário de 1º grau para os indivíduos livres entre 07 e 14 anos, o ensino secundário, não foi considerado obrigatório. E, conseqüentemente, restrito a uma pequena parcela da população livre.

Aos meninos pobres, o governo fornecia vestuário e material escolar, obrigando os pais, geralmente analfabetos, a garantirem instrução elementar aos seus filhos. Depois de freqüentarem as aulas primárias, os meninos eram enviados aos Arsenais de Marinha e de Guerra, ou às oficinas particulares, mediante contrato com o Estado, para a aprendizagem de ofícios que lhes garantissem o sustento e o trabalho. Pelo regulamento de 1854, os meninos pobres só poderiam dar continuidade aos estudos no caso de demonstrarem acentuada distinção e “capacidade” para tal.

Em geral, seu destino deveria ser a aprendizagem de ofícios por meio dos quais seriam integrados na categoria de trabalhadores livres. Diferentemente dos países europeus, da Argentina ou dos EUA, ao determinar que o ensino primário era suficiente às camadas pobres, a Instrução Pública mantinha o monopólio do ensino secundário e superior nas mãos de poucos. As atividades intelectuais e políticas, os cargos públicos e a direção do Estado permaneciam como privilégio das classes senhoriais, restando à maioria da população livre e pobre o “privilégio” de exercer o trabalho manual.

Dez anos após o Regulamento de 1854, o Ministro do Império, Conselheiro Liberato Barroso, denunciou, na Câmara dos Deputados, as dificuldades encontradas para desenvolver a instrução primária, o que ocorria não apenas na Corte, mas em todo o Império. População disseminada, vasto território, falta de vias de comunicação, falta de investimento maior do Estado em “bens materiais” como, por exemplo, ferrovias, freqüência irregular dos alunos, falta de professores, obstáculos impostos ao livre desenvolvimento do ensino particular - todas essas causas eram apontadas pelo Ministro para explicar a morosidade dos “progressos” da Instrução Pública, a despeito da criação de novas escolas nas províncias imperiais

A resposta veio com o ensino de ofícios, voltado para a formação de trabalhadores livres. A educação profissionalizante permitia reorganizar as relações de trabalho num contexto de abolição da escravidão. Para além da idéia de que “educar” significava “prevenir a criminalidade” e as “desordens sociais”, as propostas de criação de colônias agrícolas, oficinas e institutos profissionais, constituíram-se busca de alternativas para a resolução do problema da transição do trabalho escravo para o livre.

Apesar de sua afeição pelo assunto e de sua presença nos exames do Colégio Pedro II, fundado em 1837 para atender um “projeto civilizatório” das elites, D. Pedro II pouco fez para que se criasse, no Brasil, um sistema educacional comprometido com um projeto coletivo e nacional. O próprio colégio Pedro II só usava manuais franceses, pedagogia francesa e métodos de ensino francês.

Como se pode ver, a moda do “nacionalismo” não chegou ao povo, que, como diria Tobias Barreto, em 1889, “assistiu ao golpe republicano, bestializado”. Bestializado, pois lhe faltava educação para compreender até o lema positivista da bandeira republicana: ordem e progresso. Os pobres, ex-cativos e classe operária jamais tiveram acesso às teses de Martius, à leitura de Alencar ou a música de Carlos Gomes.

Desde que a elite “inventou o Brasil nação”, no século XIX, esqueceu-se de transmiti-la por meio da educação para todos. Esqueceu, portanto, de pensar a identidade para todos. Por uma ironia do destino, em 1941, Stefan Zweig – que não sabemos se leu Von Martius – escrevia o seu *Brasil, um país do futuro*: “Há quatrocentos anos a massa humana ferve no enorme caldeirão deste país [...] estaria esse processo terminado? Já existiria hoje algo que pudéssemos chamar de homem brasileiro, alma brasileira?”.

A ausência de resposta talvez explique a baixa cidadania que temos até hoje, a negligência do Estado em relação à educação de brasileiros e pior, o fato de que não passamos do clientelismo do século XIX para a cidadania do século XXI.